

Ética, corrupção e educação

Ethics, corruption and education

Ética, corrupción y educación

Maria do Socorro Araújo¹

Cedric John Ayres²

Resumo

ARAÚJO, Maria do Socorro; AYRES, Cedric John. Ética, corrupção e educação. *Rev. C&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 87-104, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropi-cov46n2\(2022\)art5](https://doi.org/10.33148/cetropi-cov46n2(2022)art5)

O presente artigo traz ao leitor os resultados alcançados em uma pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco, que teve como objetivo principal gerar subsídios para as políticas de educação direcionadas ao aprimoramento da cidadania, tendo como base o fortalecimento de comportamentos comprometidos com princípios éticos que contribuem para uma convivência cidadã e para a promoção da justiça social. A referida pesquisa resultou da necessidade de se questionar uma ideia presente na cultura nacional e vista como sendo uma marca do caráter brasileiro de que somos um povo inclinado a subverter as exigências de um pretense mundo civilizado, ideia tratada por vários autores por meio categorias como cordialidade, jeitinho brasileiro, patrimonialismo, malandragem.

Palavras-chave: Ética. Corrupção. Cidadania. Educação.

Abstract

ARAÚJO, Maria do Socorro; AYRES, Cedric John. Ethics, corruption and education. *Rev. C&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 87-104, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropi-cov46n2\(2022\)art5](https://doi.org/10.33148/cetropi-cov46n2(2022)art5)

The following paper brings to the reader the results achieved in a research made by Fundação Joaquim Nabuco, which had as its main objective bring forth resources to the educational policies which aim the betterment of civic integration, and pursuing the reinforcement of behaviors that are compromised with ethical principles and which contribute to a civic coexistence and to the promotion of social justice. The referred research resulted in the necessity of questioning an idea present in the national culture and seen as a distinguishing mark of the Brazilian character, which is, that we are a people inclined to subverting the requirements of the civilized world, an idea explored by various authors through categories such as cordiality, Brazilian way, patrimonialism, trickery.

1 Pesquisadora titular da Fundação Joaquim Nabuco, doutora em Planejamento e Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: soaraujo7@yahoo.com.br.

2 Professor de filosofia no Instituto Federal de Pernambuco, Campus Afogados a Ingazeira, mestre em filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: cedi.ayres@hotmail.com

Keywords: Ethics. Corruption. Citizenship. Education.

Resumen

ARAÚJO, Maria do Socorro; AYRES, Cedric John. Ética, corrupção y educación. *Rev. Ci & Trópico*, v. 46, n. 2, p. 87-104, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropi-cov46n2\(2022\)art5](https://doi.org/10.33148/cetropi-cov46n2(2022)art5)

Este artículo trae al lector los resultados de las investigaciones realizadas por la Fundación Joaquim Nabuco y que tuvo como objetivo principal producir fundamentos para las políticas de educación direccionadas al mejoramiento de la ciudadanía, baseándose en el fortalecimiento de las conductas éticas que contribuyen a la convivencia ciudadana e incentivan la justicia social. Dicha investigación surgió de la necesidad de cuestionar la idea presente en la cultura nacional y asimilada como una característica del carácter brasileño, de que somos un pueblo inclinado a la subversión de los requisitos del mundo civilizado, idea abordada por diversos autores por medio de conceptos como la cordialidad, jeitinho brasileño, patrimonialización, chulería.

Palabras clave: Ética. Corrupción. Ciudadanía. Educación.

1. Introdução

Este artigo traz aos leitores a visão sobre Ética e Corrupção de pessoas diretamente envolvidas no “mundo da educação”: alunos, professores e gestores. Trata-se dos resultados de uma pesquisa³ realizada pela Fundação Joaquim Nabuco, com o objetivo de gerar subsídios para as políticas de educação direccionadas ao aprimoramento da cidadania, por meio de comportamentos comprometidos com os princípios éticos, uma convivência cidadã e a promoção da justiça social. Essa pesquisa foi direccionada, preferencialmente, a estudantes do ensino médio de escolas públicas e privadas da cidade do Recife, mas também abriu espaço para as opiniões de professores, coordenadores e gestores, porque a pesquisa também tinha o objetivo de levar a conhecer um pouco o que pensam os profissionais da educação a respeito desses temas. A pesquisa, concluída em abril de 2020, teve os questionários e as entrevistas aplicados nos meses de setembro e outubro de 2018. Foram entrevistados 1.017 estudantes, 82 professores e 41 gestores (diretores e coordenadores), em 41 estabelecimentos de ensino médio, sendo 19 públicos (regulares e de referência) e 22 privados (laicos e confessionais), na cidade do Recife, em Pernambuco⁴

3 “O olhar estudantil sobre a ética e a corrupção”. Fundaj, 2020.

4 Chamamos *Escola Privada Confessional* a escola que pertence ou é administrada por cidadãos ou entidades não governamentais, vinculadas a igrejas ou confissões religiosas e cujos princípios, objetivos e formas de atuação estão baseados numa religião. A *Escola Privada Laica* é entendida como a escola que pertence ou é administrada por cidadãos ou entidades não governamentais e que oferece um tipo de

Uma das dificuldades enfrentadas por quem buscar enveredar pelos temas da Ética é o fato de, ao longo do tempo, esse conceito haver se distanciado do uso corrente da sociedade, restrito ao campo da filosofia e da teologia e reduzido, muitas vezes, ao nível de meros preceitos moralistas, para prescrever os comportamentos das pessoas. Contudo, nos momentos em que as crises de convivência se agravam o tema costuma ser lembrado como um requisito de sociabilidade e condição de cidadania.

Zigmunt Bauman escreveu que os grandes e antigos temas relacionados à Ética nada perderam de sua atualidade, necessitando apenas ser apresentados, vistos e tratados de maneira nova. Esses temas aos quais o sociólogo polonês se referiu estão relacionados aos direitos humanos, à justiça social, ao equilíbrio entre cooperação pacífica e autoafirmação pessoal, e à sincronização da conduta individual e do bem-estar coletivo (BAUMAN, 1997). Dessa lista, depreende-se a relação que existe entre Ética e Educação, uma vez que nela está implícita a necessidade de se ajudar as novas gerações a lidarem com as novas e complexas maneiras como os antigos desafios Éticos se apresentam e lhes são impostos.

Sobre esse aspecto, Maria Pereira Coutinho cobrou do homem contemporâneo respostas a essas questões complexas, na perspectiva de que elas afetam dimensões fundamentais da existência humana. Reportando-se às já tão conhecidas marcas da pós-modernidade – o imediatismo, o individualismo, a transitoriedade e a liberação de deveres e limites – ela lembrou a necessidade de dispormos de “sistemas de princípios, normas e valores que orientem a vida do ser humano em relação às ideias de bem e de mal, exigindo-se, por isso, uma chamada da Ética e convocando à responsabilização todos os saberes e, particularmente, o saber educativo” (COUTINHO, *apud* NEVES, 2016, p. 225). Ou seja, sem uma compreensão clara a respeito de qual perspectiva Ética nos orienta, não teremos sequer como avaliar se a nossa prática educativa está realmente cumprindo a sua função desejada.

Podemos entender os princípios, as normas e os valores como sendo os requisitos fundamentais à coexistência dos indivíduos em sociedade. Há de se ter, no entanto, certo cuidado ao defendê-los, especialmente quando aplicados às ideias de “bem” e de “mal”. Por um lado, a realidade humana não pode ser simplificada apenas a esta dualidade maniqueísta, pois muitas vezes um caso concreto pode ser analisado por ângulos diferentes, levando-o a interpretações conflitantes. Por outro lado, a dicotomia bom/mau vem muitas vezes carregada de conteúdos moralistas e religiosos, o que pode simplificar demasiadamente a existência humana. Assim, é necessário um referencial de normas e valores que sejam baseados na igualdade de direitos, no respeito às diversidades e na solidariedade coletiva. Em suma, em um conjunto de valores que podemos resumir no que chamamos de Justiça Social. Neste sentido, além de sua relação com a Educação, o conceito de Ética também se entrelaça com o

educação que se caracteriza por um ensino desvinculado de igrejas e de princípios religiosos. A *Escola Pública Comum* é aqui considerada como sendo a que oferece um ensino público, gratuito, ao qual podem ter acesso todos os indivíduos do Estado. E, finalmente, a *Escola Pública de Referência*, aquela que oferece um ensino público, gratuito, ao qual podem ter acesso todos os indivíduos do Estado, mas que funcionam em tempo integral. Na ocasião em que a pesquisa foi realizada, Pernambuco era a sede de 300 Escolas de Referência no Ensino Médio (EREM) e 35 Escolas Técnicas Estaduais (ETE), as duas categorias funcionando em horário integral. Esses números fazem do Estado de Pernambuco uma referência na modalidade, uma vez que representa 43% das escolas públicas de ensino médio.

de Justiça Social, uma vez que os princípios norteadores são os mesmos, lembrando, pois, o que disse Bauman.

2. Ética: a (des)atualidade do tema

Na introdução deste artigo, salientamos que a Ética, por mais que tenha se transformado, por vezes, em um conceito distanciado da sociedade, sempre volta ao centro do debate quando surgem as crises de convivência, isto é, quando se acirram as discordâncias sobre os mais variados aspectos de uma conduta social desejável. Isto é notório nos últimos tempos, quando testemunhamos uma dessas crises que urgem por um debate em busca de uma Ética que reaproxime o nosso entendimento da realidade concreta dos indivíduos e que abandone uma idealização utópica que concebe indivíduos e sociedades perfeitas, ao mesmo tempo em que demoniza os que não se harmonizam com esses modelos ideais.

Na pesquisa à qual nos referimos, observamos que entre os atores que compõem a educação formal – professores, gestores e estudantes – a Ética é apreendida sob diferentes percepções, passíveis de serem agrupadas conforme as semelhanças identificadas: uma percepção Consequencialista, uma segunda de natureza mais Formalista/Legalista, e uma terceira que, pela maneira à qual a ela se referem, pode ser chamada de Moralista. Trata-se, no entanto, de tendências nas percepções cujas conotações diferentes não se apresentam em estado puro, mas nos ajudam a identificar e classificar com mais clareza qual o princípio ordenador que prevalece nos juízos éticos emitidos.

2.1. As compreensões sobre a Ética

A percepção Consequencialista aparece vinculada à ideia de Respeito – respeitar o que é do outro, de tal modo que o principal critério que o consequencialista usa para formular os seus juízos éticos depende dos resultados de como uma ação afeta as outras pessoas. Assim, quando entende a Ética como sendo “respeito ao que é do outro”, o consequencialista considera um ato como antiético se, de algum modo, ele prejudica as outras pessoas. Entre os estudantes, a Ética é muito associada à ideia de Respeito, àquilo que Alain Finkielkraut discorre como sendo uma “guerra dos respeitos”, vista por ele como um fator decisivo na atual “crise do viver-junto”⁵. Segundo Finkielkraut, essa é uma “guerra” marcada pela intolerância às diferenças no pensar e nas formas de viver. Aprofundando a sua reflexão, o filósofo francês acredita que por trás desse desejo de ser respeitado encontra-se a profunda necessidade de ser.⁶

5 O filósofo francês Alain Finkielkraut, em “A identidade envergonhada”, recorre ao Leviatã para dizer que para o “Viver-junto” é imprescindível que exista, entre os seres humanos, um poder capaz de fazê-los observar o respeito, pois, (e aí ele recorre, *ipsis litteris*, a Thomas Hobbes), “cada qual quer assegurar-se de que lhe seja atribuído pelo vizinho o mesmo valor que se atribui, e toda vez que é subestimado tenta naturalmente, na medida da sua audácia, (...) obter pela força que os que o desprezam reconheçam que é maior o seu valor e que o reconheçam pelo exemplo” (FINKIELKRAUT, 2017, p. 117).

6 A violência, característica da França do século XXI, não decorre da revolta contra as desigualdades ou da sede de aquisição, mas do desejo de ser respeitado, do sentimento de que não se é, da indignação provocada por uma admoestação, um comentário, um olhar meio torto ou um olhar puro e simplesmente num momento de mostrar obediência’ (IDEM)

Na perspectiva Formalista/Legalista, um comportamento é considerado ético quando está de acordo com os princípios e os valores vigentes em uma sociedade. Em outras palavras: a Ética consiste em respeitar as leis e os direitos. Nessa perspectiva, uma pessoa ou uma atitude é considerada ética na medida em que respeita as leis e as normas sociais. Assim, num contexto democrático saudável deve existir um movimento duplo: por um lado, as leis devem refletir os princípios e valores da sociedade, representando assim o povo; por outro, o povo, através de seus representantes, deve buscar efetivar esses mesmos princípios e valores oficializando-os em leis estabelecidas pelo processo político democrático. Ao elegermos, no entanto, o termo “Formalista/Legalista” não vimos nas respostas obtidas referências a quais seriam, especificamente, os conteúdos dessas regras, nem mesmo se haveria algum critério que estivesse além dessas regras e leis e que servisse como parâmetro para julgar uma lei como sendo justa ou injusta. Nessa perspectiva, desde que se respeite a formalidade regente, a materialidade das normas torna-se um fator irrelevante para julgar um comportamento como ético. A visão formalista/legalista, portanto, desdobra-se em um relativismo ético, pois é possível que uma mesma atitude seja considerada ética em uma ordem social e antiética em outra, a depender de como a ordem ético-política vigente julga a atitude.

Já na percepção Moralista, a Ética aparece como um comportamento cujo valor independe do respaldo social, ou seja, de como os outros julgam os comportamentos (diferentemente da perspectiva formalista/legalista). Além disso, também formula os seus juízos independentemente de como os comportamentos afetam as outras pessoas (diferente, portanto, da concepção Consequencialista). Na perspectiva Moralista, então, ser ético depende mais do caráter das pessoas. Trata-se do compromisso que um indivíduo possui com valores, os quais, certamente, terminam por ser expressos em suas ações. Algumas definições que se enquadram nessa perspectiva seriam: “fazer o que é certo, mesmo que ninguém esteja vendo”, “não compactuar com as coisas erradas”, “ter caráter / ser correto / ser honesto / ser responsável”. De tal modo, não importa o que dizem as leis ou em que a maioria das pessoas acredita, tampouco o que as leis e as normas ditam. Assim como também não importa se as consequências serão vantajosas ou não. O certo é o certo e devemos fazê-lo.

Alguns estudantes sentem dificuldades em definir o que entendem por Ética, devido ou à complexidade do tema ou por vê-la como uma questão subjetiva. Já os professores e gestores demonstram dificuldades nessa definição, especialmente pela associação que costuma ser feita do tema da Ética ao da Corrupção, enquanto antagonicos. Muitos dos profissionais da educação preferem omitir-se de opinar quando a Ética tange a temáticas da política, especialmente em épocas de disputa partidária acirrada.⁷ Apesar disso, predomina a ideia de que a instrução ética no ambiente escolar é de suma importância, embora se constate que nem sempre os professores tratam desse tema em sala de aula de maneira satisfatória, principalmente nas escolas públicas. A compreensão que fica é a de que a Ética permanece revestida de subjetividade, um

⁷ Quando consultados a esse respeito, por ocasião das entrevistas, um número significativo de professores e professoras preferiu não responder à questão sobre o significado da palavra Ética, sob a alegação de que se trata de um tema delicado, que não é bom ser abordado no ambiente escolar. Lembrando, aqui, que as entrevistas foram realizadas em um período eleitoral, quando as disputas se mostravam acirradas e o tema da Corrupção ocupava espaço relevante nos debates.

conceito que ainda necessita aproximar-se da realidade. Zigmunt Bauman tinha mesmo razão quando afirmou que os temas relacionados à Ética necessitam ser vistos e tratados de maneira nova, associada aos direitos humanos e à justiça social, uma tarefa/desafio para o mundo atual, que deve servir de norte não apenas para os envolvidos diretamente com a educação dos jovens – pais e professores – mas de todos e todas que se mostram empenhados na construção de um mundo melhor, que requer o reconhecimento de que é preciso sincronizar a conduta individual e o bem-estar coletivo.

3. Corrupção: a (des)esperança no futuro

3.1. Visões sobre a Corrupção

As mídias de massa (rádio, revistas, jornais ou televisão) são os principais veículos por meio dos quais os estudantes tomam conhecimento a respeito do tema Corrupção, muito embora o círculo familiar, as redes sociais e a escola, esta última em posição de menos destaque, também sejam reconhecidos como fontes de informações relevantes sobre o tema. A Corrupção costuma ser percebida a partir de dois critérios: o primeiro relacionado ao escopo da corrupção, ou seja, o alvo, a intenção, o campo de ação, e subentende a Corrupção como passível de ser praticada por qualquer membro da sociedade ou por segmentos sociais específicos, mais precisamente, os agentes públicos. Já o segundo critério agrupa a compreensão sobre a Corrupção a depender de qual teoria Ética está pressuposta nos juízos feitos. Assim, se a Corrupção é vista como a infração de preceitos éticos, é preciso então entrelaçar os dois conceitos – Ética e Corrupção. De tal modo, para uns, a Corrupção se reveste de um caráter mais moralista (ato de burlar a ética e a moral / falta de caráter / desonestidade / injustiça / falta de humanidade), ou seja, imbuída da ideia de que pode ser praticada por qualquer pessoa da sociedade, não necessariamente os agentes do Estado, e que ocorre quando se atenta contra qualquer visão moralista da Ética. Já para outros, a Corrupção é vista como um fenômeno de natureza mais estatal/legalista (atos ilícitos que corrompem as leis em proveito próprio, de um grupo ou de uma causa / desrespeito ao que é do povo / desvio de dinheiro público, etc.). Por tais visões, percebemos haver uma inclinação a considerar que a Corrupção está relacionada às instituições do Estado e aos agentes públicos como políticos, juízes, burocratas ou, no máximo, instituições que tenham uma relação mais estreita com o Estado, seja prestando serviços públicos, seja financiadas por orçamentos públicos. Um fator interessante é que essa visão não permite identificar facilmente se as respostas estão norteadas por uma concepção ética de cunho Formalista ou Consequencialista. Fica, portanto, a dúvida: o que faz um ato ser corrupto é o fato de ele *corromper as leis* ou a corrupção estaria nos atos cuja finalidade é *tirar proveito próprio*? Ambos, talvez? De todo modo, são percepções que diferem das que se orientam pela visão Moralista.

Essas duas formas de perceber a corrupção, no entanto, não são necessariamente contraditórias. Por exemplo, para os profissionais da educação que se enquadram na vertente Social-Moralista o que mais chama a atenção nas notícias sobre corrupção são os fatos que envolvem os agentes do Estado, principalmente os relacionados a roubos

e danos ao patrimônio público. Vale lembrar, no entanto, que uma visão Social da corrupção engloba também a perspectiva Estatal, visto que o Estado também é parte da sociedade, apesar de o contrário não ser verdadeiro uma vez que a visão Estatal da corrupção excluiria os demais membros da sociedade. Consequentemente, não há qualquer contradição em alguém que entenda que a corrupção encontra-se presente em toda a sociedade, apesar de acreditar que tal prática seja mais incidente no âmbito estatal, ou ao menos que a mídia dê mais atenção aos atos de corrupção praticados pelos políticos, por exemplo.

3.2. O Brasil e a Corrupção

A fatídica frase “O Brasil é um país de corruptos”, ainda tão recorrente no cotidiano da nação brasileira, e talvez por isso mesmo vista por estudantes, professores e gestores com certa naturalidade, demonstra um entendimento de que ela retrata mesmo o Brasil, muito embora os professores e gestores sejam mais incisivos ao ressaltar que não podemos generalizar tal afirmativa. No entanto, a visão que prevalece entre os que concordam com a frase é uma visão do tipo determinista, fundamentada na ideia de que a corrupção é um comportamento histórico em nosso país, uma prática adquirida na época da colonização, jamais abandonada e, portanto, enraizada no nosso modo de ser. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, que influenciou uma geração de intérpretes que o sucederam e teve os seus pressupostos ratificados e desdobrados por uns e questionados por outros, seriam características nossas, herdadas dos povos ibéricos, a sobrançeria hispânica, o desleixo e a plasticidade lusitanas, bem como o espírito aventureiro, o apreço à lealdade de uns e outros e, ainda, o gosto maior pelo ócio do que pelo negócio. Dizia ainda que da mistura de tais ingredientes resultaria certa frouxidão e certo anarquismo, falta de coesão, desordem, indisciplina e indolência (BUARQUE DE HOLANDA, 1995). Como quase tudo isso são defeitos, concluímos então que somos um caso feio, tamanhas são as carências de que padecemos. No entanto, o próprio Sérgio reconhece que muito pior para nós teria sido o contrário dos nossos defeitos, tais como o servilismo, a humildade, a rigidez, o espírito de ordem, o sentido de dever, o gosto pela rotina, a gravidade, a sisudez. Estas, conclui o autor, poderiam nos ser ainda mais nefastas, porque nos teriam tirado a criatividade do aventureiro, a adaptabilidade de quem não é rígido, mas flexível, a vitalidade de quem enfrenta, ousado, azares e fortunas, a originalidade dos indisciplinados.⁸

Um autor que aliou a sua interpretação à de Buarque de Holanda foi Roberto DaMatta, que, cinquenta anos depois, ao discorrer sobre o referido “jeitinho brasileiro” (DAMATTA, 1986), justificou a sua categoria analítica dizendo ser a natureza do Estado coercitiva e, no caso brasileiro, inadequada à realidade individual. Para DaMatta (1986), “a obediência às leis universais decorre de uma simples e direta adequação entre a prática social e o mundo constitucional e jurídico”, daí que “[...] incapacitado pelas leis, descaracterizado por uma realidade opressora, o brasileiro deverá utilizar recursos que vençam a dureza da formalidade, se quiser obter o que muitas vezes será necessário à sua sobrevivência.” (DAMATTA, 1986, p. 99). No seu ensaio,

8 Ideias trabalhadas de forma mais exaustiva por Araújo (2014) em sua Tese de Doutorado.

Roberto DaMatta procurou uma resposta à pergunta por ele formulada e por ele próprio considerada enigmática: “O que faz o Brasil, Brasil?”. O primeiro “brasil” (com b minúsculo) é, segundo DaMatta, “dado nas possibilidades humanas”, mas “o segundo Brasil é feito de uma combinação especial dessas possibilidades universais.” (DAMATTA, 1986, p. 14). A importância dessa relação é por ele destacada porque “define um estilo, um modo de ser, um ‘jeito’ de existir que, não obstante estar fundado em coisas universais, é exclusivamente brasileiro” (p. 15). É essa a compreensão que delimita o ponto de partida do ensaio de DaMatta: que “tanto os homens como as sociedades se definem por seus estilos, seus modos de fazer as coisas” (p. 15.). Para esse autor, existem dois modos básicos de se construir a realidade brasileira: por meio de dados quantitativos (dados estatísticos, renda *per capita*, PIB, PNB, IDH, etc.), o que, segundo ele, permite construir uma identidade social moderna; e por meio de dados sensíveis e qualitativos (dados culturais que exprimem os modos de viver e as relações familiares, pessoais e de cordialidade). Para ele, não se trata nem só de uma coisa nem só de outra, mas das duas, que se dão de modo simultâneo e complexo (DAMATTA, 1986, p. 19).

O “jeitinho brasileiro” é, portanto, explicado como sendo um modo de navegação social mediante o qual o indivíduo enfrenta as contradições sociais de um modo tipicamente brasileiro (DAMATTA, 1986, p. 100). Para fundamentar a sua definição, ele toma como referência o que acontece em países como os Estados Unidos, a França e a Inglaterra, onde as regras jurídicas e as práticas da vida diária se mostram coerentes, e por isso as regras ou são obedecidas ou não existem. DaMatta observou que é justamente devido à inexistência dessa coerência que, no Brasil, “conseguimos descobrir e aperfeiçoar um modo, um jeito, um estilo de navegação social que passa sempre nas entrelinhas desses peremptórios e autoritários “não pode!”. Conclui DaMatta:

Assim, entre o “pode” e o não “pode”, escolhemos, de modo chocantemente antilógico, mas singularmente brasileiro, a junção do “pode” com o “não pode”. Pois bem, é essa junção que produz todos os tipos de “jeitinhos” e arranjos que fazem com que possamos operar um sistema legal que quase sempre nada tem a ver com a realidade social. (DAMATTA, 1986, p. 100)

Portanto, ao definir o “jeitinho como um modo de navegação social”, talvez, à primeira vista, DaMatta dê margem à interpretação de que se trata de um predicado próprio das classes menos favorecidas, no seu esforço para sobreviver. O autor percebeu, no entanto, que no Brasil as regras jurídicas se encontram descoladas das práticas da vida diária, pois o brasileiro (todos e não apenas os pobres), pela sua cordialidade, tem um jeito próprio de ser que é produto de sua história; um produto da história na maioria das vezes mal interpretado, que deixa um legado negativo e uma visão que chega a ser até deletéria do país onde vivemos.

Essas teses interpretativas do comportamento nacional, muitas vezes mal compreendidas ou entendidas pela metade, contribuem para que se cristalice uma visão pessimista da sociedade à qual pertencemos. Na pesquisa aqui referida, isso se mostra bem presente e até nos surpreende, principalmente quando exposta por jovens

estudantes que, ao se mostrarem portadores dessa visão negativa parecem não ceder espaço para a construção dos ideais tidos como próprios da juventude. Ou seja, a atitude aparentemente desoladora desses alunos e alunas entrevistados desanima a esperança dos mais vividos de que no futuro será possível reverter a prevalência da corrupção. Afinal de contas, se os jovens, que são os agentes da mudança, já se dão por vencidos, de que adiantarão os esforços do presente? Parece mesmo surpreendente que quando questionados sobre se a corrupção precisa ser combatida, alguns jovens respondam Não. Mesmo os que assim se posicionam não negam a necessidade desse combate, contradizendo, assim, a visão fatalista que dizem ter, baseada na compreensão de que se trata de um comportamento imutável do povo brasileiro. Ora, se é imutável, por que combatê-la? Dentre os que se mostram mais incisivos na necessidade desse combate, uns estão focados neles próprios, quando dizem que a corrupção desvirtua os jovens, colocando-os no “mau caminho” e prejudicando as futuras gerações; outros miram a injustiça social, sob o argumento de que a corrupção prejudica principalmente os mais pobres e as pessoas honestas.

A pergunta que segue é: De que maneira o combate à Corrupção poderá ser feito? Há os salientam o papel e o poder da sociedade civil exercido na hora de escolher os seus governantes, quando essa escolha deverá recair em homens e mulheres responsáveis e honestos no lidar com a coisa pública. Outros acham que se trata de uma responsabilidade do próprio Estado e de suas instituições, e que tal combate deve ser feito por meio de leis mais rigorosas, de mais fiscalização, investigações e punições mais severas, demonstrando assim uma compreensão de que no trato dessa questão é o próprio aparato burocrático em seu funcionamento regulativo que deverá intervir contra a corrupção, reportando-se, assim, mesmo sem se dar conta, ao pensamento de Maquiavel, o pensador renascentista que acreditava haver uma correlação entre a força da corrupção e a fraqueza das leis e das instituições políticas.

Curiosamente, um segmento bem menor dos estudantes vê a Educação como sendo um mecanismo ideal de combate à Corrupção. Essa minoria acredita que somente por meio de investimento na educação das crianças e dos jovens é que será possível mudar radicalmente a perspectiva geral da sociedade. Ou seja, primeiro formamos cidadãos com valores íntegros, e depois estes é que transformam a realidade social para melhor. Há, no entanto, os que se mostram incrédulos diante da possibilidade de os brasileiros virem a mudar a cultura da Corrupção. Desesperançosos, consideram que acabar com essa prática é mesmo uma utopia, visto que a Corrupção está em toda parte, bastante enraizada nas práticas cotidianas que são passadas de pai para filho.

Os educadores de maior idade, cuja maioria concorda com a afirmativa de que “o Brasil é um país de corruptos”, se mostram mais esperançosos em relação ao futuro do país do que os educadores mais jovens, que entendem a Corrupção como um problema social que requer medidas propositivas de prevenção e, de forma à primeira vista contraditória, enfatizam a importância da escola como agente de mudança social no longo prazo. Mas também há os que realçam a necessidade de medidas punitivas, depositando as suas esperanças principalmente nas ações de natureza jurídica e política, na compreensão de que o sucesso dessas medidas depende da elaboração de

leis adequadas e devidamente cumpridas. Pensando assim, consideram o combate à Corrupção como um problema pertinente ao Estado.

A maioria dos educadores se mostra esperançosa diante da possibilidade de erradicarmos a Corrupção no Brasil, isto porque acreditam no trabalho que realizam e concebem a Educação de forma mais ampla; entendem que os professores são importantes não apenas para instruir conteúdos técnicos ou teóricos, mas também para orientar na formação da personalidade dos seus alunos e alunas.

Existem professores, entretanto, que já não acreditam no avanço ético do país. E isso se deve a dois motivos: o primeiro, é que testemunham um excesso de passividade e acomodação por boa parte de seus jovens alunos; o segundo, é a ausência de apoio e acompanhamento familiar, que acaba por não estabelecer limites aos jovens. Esse descrédito ouvido de professores e gestores educacionais reporta-nos à pesquisa coordenada pela especialista em Educação Tania Zagury⁹ (ZAGURY, 2006), que questionou 1.200 docentes sobre as três principais dificuldades por eles enfrentadas em sala de aula. As principais respostas obtidas dizem respeito a problemas de socialização: “os alunos não têm limites, são rebeldes, agressivos, faltam com o respeito ao professor; falta de educação e excesso de liberdade familiar; falta de compromisso, interesse e apoio da família”. E acrescentou:

De uma hierarquia engessada e rígida demais (até a década de 1970), na qual as crianças não tinham espaço mínimo para contestação, a família moderna tentou criar um novo modelo de relações entre pais e filhos, em que o não-autoritarismo seria a base. Pena que se tenha exagerado na dose (ZAGURY, 2006, p. 89)

4. O desafio da Educação

A conclusão do parágrafo anterior traz à tona o velho problema da “sobrecompensação”, para a qual Platão – o sábio filósofo/educador – nos alertou no livro VIII da *República*.¹⁰ Nessa parte de sua obra magna, ele nos apresenta a decadência em série de Constituições – que se aplicam por analogia tanto ao nível individual/psicológico quanto ao social/político – cada vez mais injustas, com o objetivo de compará-las à constituição ideal¹¹ por ele elaborada nos livros II ao IV. Cabe esclarecer que o título do livro *República*

9 O Professor Refém: estudo baseado em pesquisa feita em nível nacional com cerca de 1.200 professores do ensino básico, no qual a autora faz uma análise pioneira do sistema educacional brasileiro, em seus mais diferentes aspectos.

10 Esta volta ao passado, feita neste item do artigo, pode parecer ao leitor deslocada no tempo. No nosso entendimento, porém, às vezes é preciso voltar às origens. Lá, “tudo está”. Esclarecemos também que em nossas referências aos escritos de Platão, seguiremos a prática comum de usar o número de paginação de Estefanos, por exemplo: (327a), para facilitar que o leitor encontre as passagens citadas em qualquer edição do livro que tiver também o sistema de numeração.

11 A “Bela Cidade” (*Καλλίπολις*) segue os princípios de organização Aristocráticos. Contudo, novamente, não devemos confundir com uso corrente da aristocracia como um governo das elites – econômica e política. Aqui, em Platão, toma-se o sentido originário da palavra *arete* (*ἀρετή*), que podemos traduzir como “excelência, perfeição ou virtude”. Ou seja, a Bela Cidade, sendo Aristocrática, organiza-se pelo princípio que busca e valoriza, sobretudo, o desenvolvimento das virtudes nos seus cidadãos e no bem de toda a comunidade. Assim, nela encontramos que cada parte da cidade – os produtores, os guardiões

pode ser enganador ao leitor moderno. Por esse termo, pensamos em um específico modelo de organização política, ou seja, o republicano. Contudo, este título nos chega pela tradução latina (*De Res Publica*) do título original grego, que podemos transcrever como *Politeia*. Como é muito comum no grego clássico, os termos possuem uma gama de possibilidades semânticas que dificultam a tradução direta e literal, especialmente quando estes termos são usados filosoficamente ou de maneira técnica. No caso de *Politeia*, isto não é diferente. De acordo com o Liddell, Scott, Jones *Ancient Greek Lexicon* (LSJ), o termo possui uma ambiguidade que pode significar tanto a) o corpo cidadão, o seu modo de vida, seus direitos e condições; quanto b) o governo, a administração governamental, os cargos políticos, as políticas públicas; ou ainda c) a constituição de um Estado, as formas de governo – apenas eventualmente, podendo ter o sentido de um governo republicano livre. Assim, para melhor capturar o sentido que o termo *Politeia* é usado na obra de Platão, podemos traduzi-la por “Constituição”, pois Platão compõe e investiga modelos de organização e integração, os quais podem se aplicar tanto à sociedade (nível político) quanto à vida individual (nível psicológico), cada qual seguindo princípios diferentes, para compará-los e assim tentar descobrir o que é a Justiça e se uma vida justa é melhor do que uma vida injusta. Outra boa opção de tradução para *Politeia* seria o termo “Regime”, porque esta palavra possui conotações que vão desde o nível político de dirigência governamental (ex: regime militar) até o de modo de viver de um indivíduo, incluindo até mesmo a sua dieta alimentar.

Em um passo seguinte, o autor nos apresenta a sua visão de como a Oligarquia decai em Democracia¹² e esta, por sua vez, conduz à Tirania. Tal processo é narrado

e os governantes – exercem as suas funções próprias com excelência, de modo que a comunidade é virtuosa em cada uma de suas partes – temperante, corajosa e sábia – e também virtuosa como um todo –, ou seja, justa. Lembramos que esta terminologia social-política serve de modelos para compreendermos, conforme a mesma lógica, o nível individual-psicológico.

- 12 É natural que o leitor moderno estranhe a visão de que a Oligarquia seria um regime superior à Democracia e que a passagem daquela para esta represente um movimento de decadência. Em última instância, não somos obrigados a concordar com ele, mas vale a pena explicar o porquê de ele considerar isso e no contexto do restante da República. Como já falamos, o paradigma de justiça é representado pela constituição da *Kallipolis*, de tal modo, que os demais regimes são considerados piores quanto mais se distanciam dos princípios de organização da bela cidade. Neste sentido, a Oligarquia peca pela busca exagerada pelo acúmulo de riquezas. Assim, subverte a ordem justa e virtuosa o seu elemento governante é a parte desajuste da alma (produtivo da cidade) e esta parte subjugada a racionalidade (filósofos-guardiões da cidade) e a irascibilidade (guardiões-auxiliares) a serviço de um único desejo, o de acumular riquezas ao mesmo tempo que sufoca os desejos dissipadores de riqueza. Apesar de injusta, a Oligarquia ainda consegue manter certa ordem e disciplina, as quais levam o indivíduo Oligárquico a ser competente na aquisição de riqueza. O problema deste foco exagerado em um único desejo é que a Oligarquia gera uma divisão interna conflituosa, de modo que “um Estado desses não é um só, mas dois, forçosamente: o dos pobres e o dos ricos, que habitam no mesmo lugar, e estão sempre a conspirar uns contra os outros” (551d). É desta tensão, desta repressão exagerada dos desejos dissipadores de riqueza, que se chega à Democracia. Por que a Democracia seria considerada mais distante da Bela Cidade do que a Oligarquia? É verdade que Platão também elogia aspectos da Democracia, já que nela encontramos “toda a espécie de constituições, devido à liberdade, e dá a impressão de que quem quiser estabelecer uma cidade, como há pouco fazíamos, necessita de se dirigir a uma democracia, para escolher a modalidade que lhe aprouver, como se chegasse a uma feira de constituições e pusesse em prática aquela que tivesse selecionado” (557d). Ou seja, é a liberdade de expressão e pensamento democrática, bem como a sua variedade de personalidades, que permite Platão a fazer esta mesma investigação filosófica da República. Apesar de bela, falta à Democracia uma forma coerente própria que unifique todos os cidadãos em um único projeto, de modo que Platão a compara a uma colcha de retalhos: “Tal constituição [a Democracia] é muito capaz de ser a mais bela das constituições. Tal como um manto de muitas cores, matizado com toda a espécie de tonalidades, também ela, matizada

dramaticamente como sendo as mudanças entre gerações, ou seja, como os valores e os hábitos dos pais são transformados nos filhos. Para ele, o regime Oligárquico é caracterizado por uma hierarquização rígida de valores que enfatiza demasiadamente apenas um único tipo de desejo: aqueles que favorecem a produtividade e o lucro. Assim, desprezam os desejos dissipadores, como as festas e o lazer em geral, sufocando-os totalmente. Sujeitando-se apenas às obrigações produtivas, não lhes resta a liberdade criativa de fazer espontaneamente aquilo que desejam e lhes é prazeroso.

De tal forma, os filhos são sedentos pela igualdade de direitos e pela liberdade e “a cobiça da riqueza e a negligência do resto, para conseguir o dinheiro” (562b) acaba por fazer com que a Oligarquia se perca. Mas, do mesmo modo, a democracia, por ambicionar a liberdade como o bem supremo, acaba causando também a sua própria dissolução. Assim, a igualdade e a liberdade, inicialmente valores políticos, acabam disseminando-se como princípios norteadores de todas as demais relações sociais. De tal modo, não há mais hierarquias entre as gerações e a experiência em um assunto não mais confere maior autoridade a alguém, todos somos iguais e nada deve impedir a liberdade de realizar os desejos:

O pai habitua-se a ser tanto como o filho e a temer os filhos, e o filho a ser tanto como o pai, e a não ter respeito nem receio dos pais, a fim de ser livre [...] num Estado assim, o professor teme e lisonjeia os discípulos, e estes têm os mestres em pouca conta; outro tanto se passa com os preceptores. No conjunto, os jovens imitam os mais velhos, e competem com eles em palavras e em ações; ao passo que os anciãos condescendem com os novos, enchem-se de vivacidade e espírito, a imitar os jovens, a fim de não parecerem aborrecidos e autoritários. (562e) (563a-b).

Isso significa, em última instância, que nessa igualdade radical dos desejos e das vontades, um professor que almejar uma sala de aula silenciosa não tem o direito de contrariar o desejo dos alunos que quiserem conversar. Se o professor impuser o silêncio ou exigir dos seus alunos respostas satisfatórias para tarefas e exercícios, como requisitos para aprovações, esse professor poderá ser visto como repressor da liberdade e da igualdade. Eis, portanto, que assim como a sobrecompensação decorreu da Oligarquia, ela também resulta “da liberdade de fazer tudo” de modo tão amplo e mais forte “até reduzir a Democracia à Escravatura” pois, como explica Platão,

[..] Na realidade, o excesso costuma ser correspondido por uma mudança radical, no sentido oposto, quer nas estações, quer nas

com toda a espécie de caracteres, apresentará o mais formoso aspecto” (557c). Ou seja, se na Oligarquia tínhamos duas cidades convivendo em um único território, na Democracia temos um atomismo amorfo de modo que cada indivíduo é a sua própria cidade compartilhando o mesmo território. Assim, desordeira, a Democracia peca por um exagerado desejo pela liberdade (entendida como ausência de imposições) e igualdade (entendida como falta de parâmetros nos juízos de valor). Por estes motivos, a Democracia estaria ainda mais distante da ordem hierárquica das virtudes e da justiça do que a Oligarquia. Concordando ou não com Platão, ao menos assim podemos entender melhor a sua posição.

plantas, quer nos corpos e não menos nos Estados. [...] A liberdade em excesso, portanto, não conduz a mais nada que não seja a escravidão em excesso, quer para o indivíduo, quer para o Estado. (563e-564a)

Fica então aqui a lição do Mestre sobre o que seria uma educação ética, com o adendo importantíssimo: o apego exagerado a qualquer valor ético acaba por criar as condições da sua própria rejeição e do seu próprio desapego. Mesmo os mais belos e nobres valores, se tomados como princípios inquestionáveis e absolutos, se não enquadrados em seus contextos e analisados em suas devidas proporções, esclarecendo-se os prós e os contras, acabam por gerar reações que levam ao lado oposto.

4.1. A (des)importância da Escola: de volta à pesquisa

Requer atenção o contraste observado entre as opiniões dos estudantes e as dos professores e gestores a respeito da importância da escola para a formação ética dos seus alunos, os primeiros, em sua minoria, minimizando essa importância, enquanto os demais – professores e gestores –, sendo quase unânimes em enaltecê-la. Isso porque, apesar dessa quase unanimidade dos profissionais da educação em acreditarem na capacidade da Educação de contribuir para melhorar o nosso país no que tange ao combate à Corrupção, não são poucos os que continuam desesperançosos em relação a essa possibilidade. No entanto, afastando-nos das generalidades e da visão da Educação enquanto ideal e do futuro enquanto projeção de nossos desejos, ou seja, quando postos diante do que realmente vemos e vivemos, essa quase certeza se transforma. A pergunta é posta: “Com base no seu contato com os jovens da atual geração, você acha que estamos caminhando para um país mais ético?” As respostas não vêm de imediato. Há reticências, respirar fundo, pausas para resgatar memórias antes de opinar sobre qual seria, realmente, o nosso futuro, caso este dependa dos alunos e alunas que se encontram sob os seus cuidados. Do modo posto, a pergunta parecia levar os professores a certo desapontamento com os frutos do próprio trabalho. Afinal de contas, a ideia prevalecente é de que a escolha da profissão seja fruto de alguma afinidade com a missão de aperfeiçoar os jovens; que a docência seja vista como ponte entre a tradição e o progresso; seja agente de mudança para melhor, medida em que aponte caminhos mais eficientes que os traçados por eles próprios. Ora, se professores e gestores dizem acreditar, quase unanimemente, nos frutos positivos dos seus trabalhos, que a educação é de essencial importância para a construção de um país melhor e que a escola é uma instituição importantíssima para a construção de um país mais ético, como parte desses mesmos professores e professoras não acreditam que os seus jovens alunos estejam caminhando para tornarem o Brasil em um país mais ético? ¹³ Como explicar a incompatibilidade observada entre duas visões aparentemente paradoxais?

¹³ Estes que se mostram desesperançosos se baseiam na forma como seus alunos e alunas se comportam no ambiente escolar, nos interesses que demonstram e nos valores que promulgam. Já os mais otimistas aportam-se em traços de caráter ainda latentes que usam como base para projetar o futuro. Ou seja, depositam esperança no grande potencial que reconhecem em alunos, nos comportamentos que indicam grande promessa, apesar de ainda não terem amadurecido plenamente.

Por um lado, professores e gestores educacionais admitem não crer num futuro melhor do país, quando tomam como referência os seus próprios alunos; por outro lado, acreditam estar contribuindo para a construção de um país melhor. Assim, são pessimistas em relação aos seus jovens alunos, mas ao mesmo tempo são otimistas com a Escola e com o trabalho que realizam.¹⁴ Ora, a Lógica pede que busquemos alguma coerência entre estas duas afirmações. O que dizer a respeito de duas visões aparentemente opostas? Quais suposições são possíveis fazer na busca por justificar tamanha desesperança, mesmo diante da crença na Educação enquanto valor e ideia?

A primeira é que os profissionais da educação estão cientes da importância da educação na formação dos jovens, concordam com os valores que as escolas se propõem a transmitir para os alunos, mas constatam que tais valores não estão sendo suficientemente absorvidos. E por que se resignam? Talvez não consigam identificar as causas de seus ensinamentos não serem aceitos pelos alunos, ou talvez considerem que as causas desse problema sejam maiores e mais profundas do que as intervenções pontuais de professores, ou mesmo da Escola enquanto instituição, seriam capazes de sanar. A segunda é que os profissionais da educação já não mais acreditam na influência da Educação formal para a formação da personalidade dos jovens, devido à concorrência de tantas outras de fontes negativas de influência, porém, incapazes de admitir o descrédito no próprio trabalho, cuja nobre missão é precisamente formar jovens capazes de contribuir para a construção de um futuro melhor, refugiam-se nas fórmulas prontas e abstratas a respeito do ideal da educação.¹⁵

5. Conclusão

Ao se observar a história do mundo ocidental, vê-se que sempre que as crises de convivência se agravam, a Educação passa a ser questionada, estimulando o surgimento de debates que mobilizam setores antagônicos da sociedade e resultam em diferentes visões sobre como a sociedade deve orientar e instruir os jovens. São instantes geradores de tensões que tendem a ser maiores entre os que se embalam na crença de que os valores postos pelos educadores são naturalmente absorvidos pelos alunos. Além do mais, nesse aspecto, o mundo não parece haver mudado muito. Esses conflitos vêm muito lá de trás. Na Grécia de Sócrates, por exemplo, encontra-se em um desses momentos, quando o novo projeto de educação dos Sofistas, arrogando a capacidade de ensinar qualquer coisa a qualquer um, entrou em tensão com o projeto tradicionalista de educação. Ironicamente, os tradicionalistas aceitavam a alegação dos

14 Em outras palavras, praticamente todos os professores e gestores dizem que com o trabalho que realizam nas escolas é possível elevar os padrões éticos no país – seja pela função que exercem na escola ou pelos exemplos pessoais que dão aos seus alunos –, mas um pouco mais da metade destes parecem admitir que os seus esforços são insuficientes e que não colheremos os frutos deste labor.

15 Enfatizamos, contudo, que essas duas suposições são colocações em caráter especulativo. Aplicamos os questionários aos professores e gestores com o propósito de complementar a pesquisa cujo foco é a visão dos alunos. De tal forma, antes de generalizarmos as nossas interpretações dos dados, seria necessário, no mínimo, uma pesquisa direcionada exclusivamente aos professores e gestores. Assim, poderíamos ter diante de nós subsídios estatísticos mais robustos para compreender, de maneira mais ampla e profunda, como os educadores refletem sobre a questão da Ética e qual é o papel da Educação, bem como os seus limites, na formação do caráter de seus alunos.

Sofistas e do seu poder irresistível de instrução e de influência sobre os discípulos, de tal modo que os tradicionalistas de Atenas, diante de uma juventude que considerava decaída e corrompida pelo relativismo e pela ambição sem freios, culpavam inteiramente os sofistas e o seu novo modelo de educação.¹⁶ Eles entendiam que esses jovens afastados pelos sofistas dos valores tradicionais foram os responsáveis pela humilhante derrota ocorrida na Guerra do Peloponeso contra uma Esparta muito mais tradicional e livre da influência dos sofistas.

Ora, se realmente se acredita na educação como a principal instância salvadora do país, na mesma medida, abre-se espaço para concebê-la como fonte de todos os problemas. Aos que assim pensam talvez falte a perspectiva moderada da concepção educacional platônica, que reconhece o valor da educação sem, contudo, atribuir-lhe onipotência, uma educação que reconhece plenamente os limites que as próprias inclinações naturais dos alunos impõem ao educador.¹⁷ Quem sabe se encontre aqui a chave explicativa do dilema dos educadores que acreditam no trabalho que realizam, como veículo de mudança, mas ao mesmo tempo se mostram incrédulos num futuro melhor “comandado” pelos jovens que se encontram sob os seus cuidados. Apesar da convicção de que a Corrupção é um traço histórico-cultural da nação brasileira, e, portanto, “o Brasil é uma país de corruptos”, no entanto, é majoritário o entendimento de que isso não exime a Nação da responsabilidade de combatê-la ativamente, perante o risco de naturalizá-la.

Num texto de autoria de Marcelo Timotheo da Costa, intitulado “A impunidade mata e desmata: o caso Dorothy Stang uma década depois”, encontrado no livro “Histórias dos crimes e da violência no Brasil”, lemos o seguinte diálogo:

É dia de confissões na pequena igreja do interior do país. O sacerdote ouve a frase cerimonial da parte do fiel que se ajoelha: *Padre, perdoe-me porque eu pequei*. Diz o padre: *Antes de seguirmos, é importante que eu saiba quem você é, nunca o vi por aqui... Por exemplo, qual sua profissão?* O fiel responde: *Eu*

16 Encontramos em Aristóteles a melhor representação desta visão tradicionalista. A sua comédia “As Nuvens”, a qual usa a figura do Sócrates como bode expiatório de toda a “nova educação” dos Sofistas e materialistas. Nas linhas 885-1115 vemos o “Discurso Pior/Injusto”, representando o que ele entendia pelos ideais e valores da educação sofisticada, acaba por se tornar responsável pela educação dos jovens ao vencer, por meio da retórica heurística, o ‘Discurso Melhor/Injusto’, o qual representa a educação e os valores tradicionais.

17 No livro 6 da República, Platão nos fala de ao menos três elementos para a formação da personalidade. O primeiro, seria a própria natureza da pessoa, os seus gostos e interesses. O segundo, seria a cultura geral e as influências sociais. A terceira, por sua vez, seria a educação formal. De tal forma, em 492a, o vemos dizer que se uma natureza filosófica for educada no gênero de ensino que lhe convém, atingirá todas as virtudes; mas se “for semeada e plantada num terreno inconveniente e aí for criada, cairá no extremo oposto”. Nesta mesma passagem, critica a ideia de que simples Sofista particulares teriam o poder de corromper os jovens quando comparado com o poder de influência que as massas têm “para ensinar perfeitamente e modelar quantos quiserem, novos e velhos, homens e mulheres”. Por outro lado, encontramos como contraponto os limites da educação na seção 495^a em diante, especialmente quando conclui: “Aqueles que não estão à altura da educação, quando se aproximam dela [a filosofia] e vivem com ela sem o merecer, que espécie de pensamentos e de opiniões diremos que procriam? Não será aquilo que verdadeiramente merece ser chamado sofismas, e nada de legítimo, nada que tenha verdadeiro saber?” (496a)

sou matador, padre. Segue-se longo silêncio. Recuperado da revelação impactante, o sacerdote pergunta: E você está aqui por conta dos homicídios que cometeu? Deseja arrepender-se, mudar de vida? O fiel: Não, padre, sou matador. Continuarei assim. Mas sou um matador cristão. O padre pergunta: Como pode ser isso? O fiel responde: Eu miro entre os olhos do sujeito que vai morrer. Ele não sente nada. Isso dito, o forasteiro passou a enumerar o que considerava serem seus pecados. Pecados banais. (PRIORI, p. 285)¹⁸

Por mais vil que seja um hábito qualquer, ao torná-lo corriqueiro, ele acaba incorporado à normalidade das coisas, tal como o “fiel matador” da citação via o assassinato. Daí, como disse lá atrás Aristóteles (2003), é preciso “cultivar primeiro a alma de quem aprende, por meio de hábitos, tornando-o capaz de gostar e sentir aversão da maneira correta”. Sem esta preparação inicial, dificilmente se consegue educar, por meios apenas teóricos e argumentativos, alguém para uma vida virtuosa e íntegra.

É nesta linha que Hannah Arendt (ARENDR, 1999)¹⁹ questionava se o hábito de simplesmente pensar e refletir sobre um acontecimento poderia condicionar as pessoas a não praticarem o mal. Interrogou: “A possibilidade de evitar que se faça o mal será um dos atributos da atividade de pensar? Ou, dito de outra forma, será o mal banal fruto do não exercício do pensar?”²⁰ Note-se que ela se refere ao mal *banalizado*, ou seja, aquele que passa por um processo de normalização devido a exposição frequente e habituação social, ainda que tal prática seja intelectualmente reconhecida como má.

18 O autor do texto esclarece que o episódio narrado, embora pareça ficcional, aconteceu de fato, não fornecendo nenhuma informação que leve a qualquer pista do fiel autoproclamado “matador cristão”. Acrescenta o autor: “Conhecendo-se a biografia do sacerdote envolvido, depreende-se que tal fato ocorreu em uma diocese do sul do Pará, Amazônia Legal, no chamado “Brasil profundo”, área onde a pistolagem e as mortes contratadas são fatos cotidianos. Território onde a extrema banalização do homicídio permite que crimes de sangue sejam vistos como deveres profissionais. E, como tal, sejam interpretados como atos lícitos e até passíveis de absurda “cristianização”.

19 Filósofa alemã que, ao escrever sobre o julgamento do carrasco nazista Adolf Eichmann, ocorrido em Jerusalém, desenvolveu o conceito da “banalidade do mal”. Eichmann era um indivíduo comum, um cidadão médio, sem histórico de violência e sem apresentar características de um caráter distorcido ou doentio, que exercia a função de oficial da Gestapo e, como tal, agia segundo o que acreditava ser o seu dever, executando as ordens sem nenhum tipo de questionamento (seja para o bem ou para o mal), apenas com o intuito de desenvolver a sua carreira profissional da melhor forma possível. Eichmann não pensava no que fazia, não refletia sobre os acontecimentos. Apenas cumpria o que achava ser o seu dever. Analisando esse comportamento, Arendt se perguntava: “Será que o hábito de examinar, refletir sobre qualquer acontecimento, poderia condicionar as pessoas a não fazer o mal? Estará entre os atributos da atividade do pensar, em sua natureza intrínseca, a possibilidade de evitar que se faça o mal? Ou será que podemos detectar uma das expressões do mal, qual seja o mal banal, como fruto do não exercício do pensar?” (ARENDR, 1999, p. 152). Dessa forma, a autora defende que a massificação da sociedade e o totalitarismo permitiram o desenvolvimento de uma multidão que cumpria ordens sem questionar, uma massa incapaz de fazer julgamentos morais. E, nessa perspectiva, Eichmann não era visto como um monstro, mas como um funcionário zeloso, que apenas cumpria com as ordens que recebia. O Mal praticado por ele havia se banalizado.

20 É pertinente lembrarmos aqui que o mal foi abordado por Arendt numa perspectiva ético-política, e não numa visão moral ou religiosa. O pano de fundo de sua análise era o processo de naturalização da sociedade, ou seja, como a massificação pôde naturalizar ações abomináveis que podem levar à perversão, à destruição e até à morte.

No desenvolvimento de sua tese, a referida filósofa defendeu que, com a massificação da sociedade, se criou uma multidão incapaz de fazer julgamentos morais, razão pela qual aceitam e cumprem ordens sem questionar. Desse modo, ela procura mostrar como a faculdade de pensar pode estar intrinsecamente ligada à recusa de se praticar o mal, ainda que comandado por autoridades. A conclusão da filósofa corrobora o entendimento prevalente de que a Educação é um dos meios eficazes para recusarmos que a corrupção seria um traço naturalizado da índole nacional.

A pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco, que dá substrato a este artigo, traz uma contribuição relevante para o momento que vivemos. Isto porque os temas da Ética e da Corrupção são recorrentes e possuem importantes desdobramentos em várias áreas da sociedade, não apenas a educação. De tal forma, é de suma importância saber o que as pessoas entendem por este termo, especialmente no ambiente escolar, por se tratar da principal instituição social responsável por formar a compreensão de mundo das pessoas. Afinal de contas, quando os termos são usados no debate público não há tempo para se discutir como cada um os compreende. Por este desencontro, muitas vezes, o diálogo não consegue avançar de maneira construtiva.

Os entrevistados nessa pesquisa, em sua maioria, reconhecem que o país precisa melhorar bastante no que diz respeito ao aprimoramento do comportamento ético. Não apenas reconhecem esta necessidade, mas também se mostram prontos a contribuir ativamente para essa melhoria.

Os professores, baseados em suas experiências quotidianas do trabalho nas escolas, se mostram menos otimistas do que esperávamos. Os gestores, por sua vez, dão mostras de mais confiança na ação educacional. Por fim, os estudantes reconhecem que a corrupção coloca os próprios jovens no mau caminho, que prejudica as futuras gerações. Além disso, eles trazem à tona a questão da injustiça social e consideram que a corrupção penaliza principalmente os mais pobres.

De tal forma, ao contrastarmos as respostas dos alunos com as dos seus mestres, a esperança que os jovens têm no futuro acende uma luz no fim do túnel, pois, os alunos enfatizam vigorosamente que estão dispostos a contribuir no processo de busca por uma melhoria ética do país. Assim, confirmando o *elã* próprio da juventude, de certa forma neutralizam a desesperança que assola a estreita maioria dos professores entrevistados.

A conclusão que fica é a de que entre os que participam do ambiente escolar há uma forte ideia vivermos em uma sociedade degenerada e também há certo sentimento de impotência diante da marcante Corrupção no país. Mesmo assim, a maioria dos que compõem o “mundo da educação” acenam positivamente para a possibilidade de melhoria. Isso talvez se deva ao fato de, como vimos, a Corrupção estar muito mais associada à figura do Estado do que generalizada à sociedade civil.

Seja pelo que for, é uma visão otimista, sobretudo pelo peso que tem, nesse universo de opiniões, as opiniões de uma geração que em breve substituirá a atual e estará à frente das tomadas de decisão públicas. Assim, ainda que muitos prenciem um futuro sombrio, a Escola continua para nós uma fonte de luz e esperança.

Referências

- ARAÚJO, Maria do Socorro Pedrosa de. *A aventura do comércio informal no Recife*. Tese de doutorado. UFPE/MDU, 2014.
- ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARISTÓTELES (384-322 a.C.). *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2003.
- ARISTÓFANES, As Nuvens. *Cadernos de Tradução UFRGS*, Porto Alegre, n. 32, jan-jun, 2013, p. 1-98
- BALMAN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Ed. Paulus, 1997.
- COUTINHO, Maria Pereira. *Ética e Educação*. In: NEVES, Maria do Céu Patrão (Coord.). *Ética: dos fundamentos às práticas*. Ed: 70. Lisboa, 2016.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- FINKIELKRAUT, Alain. *A identidade envergonhada: imigração e multiculturalismo na França hoje*. Rio de Janeiro: Difel, 2017.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MORE, Thomas. *Utopia*, São Paulo: Ed. Edipros, 2014.
- PLATÃO, República. *Tradução Maria Helena da Rocha Pereira*. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- PRIORE, Mary del. *Histórias dos crimes e da violência no Brasil* / Mary del Priori, Angélica Müller (Orgs.). São Paulo: Ed. Unesp, 2017.